



III ENCONTRO REGIONAL EM COMEMORAÇÃO AO DIA DO GEÓGRAFO – ERCOGeo

“A geografia presencial em retomada: diálogos e debates”
09 a 13 de agosto de 2022 – Três Lagoas/MS

A RENDA COMO LIMITE NA PRODUÇÃO E CONSUMO DO ESPAÇO: O CASO DOS BENEFICIÁRIOS DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UFMS

Autor (a) Rodrigo Domingues da Costa¹

Resumo expandido

EIXO TEMÁTICO

Dinâmicas Territoriais na Cidade e no Campo

1) INTRODUÇÃO (JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS)

O presente trabalho propõe demonstrar como a moradia, direito básico do cidadão e sua relação de produção e consumo do espaço é limitado pela renda.

O público selecionado para esta pesquisa foram estudantes de Graduação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, matriculados na cidade universitária, situada em Campo Grande, capital do estado. Mais especificamente, os estudantes, beneficiários do auxílio moradia, uma das modalidades² de auxílios da assistência estudantil, analisado como uma política de transferência de renda, por seu caráter assistencialista, podendo ser pleiteado, apenas, por estudantes que tenham mudado de município para estudar e que não estejam coabitando com o núcleo familiar. Esta modalidade de benefício existe como uma tentativa de a UFMS amenizar os efeitos de não possuir moradia estudantil.

Com um preço médio de R\$600,00 cobrado em aluguel, considerando quitinetes próximos à universidade, o referido auxílio, no valor de R\$400,00 é insuficiente para arcar com despesas habitacionais.

As ações da assistência estudantil são subsidiadas por recurso financeiro proveniente do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, regulamentado pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, e regido nesta instituição pela Resolução COUN nº124, de 31 de agosto de 2021.

Assim, cabe neste trabalho demonstrar que o processo de produção e consumo da cidade, realizado por estes estudantes é limitado e precário. Existe a compreensão que as políticas de transferência de renda possuem a função de minimizar os efeitos da pobreza, e enquanto política de permanência, não há qualquer garantia de evitar a retenção, tampouco, a evasão do aluno na universidade, demonstrando que mesmo integradas, estas políticas sociais - o direito à moradia, previsto na Constituição Federal e o direito de ser assistido por estar inserido em uma faixa de renda que torna o estudante vulnerável financeiramente para dar continuidade aos estudos – não são, muitas vezes,

¹ Mestrando do Curso de Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, rodrigo.costa@ufms.br;

² Permanência, creche, e alimentação para estudantes de campus sem o restaurante universitário são as outras modalidades de auxílios ofertadas.



III ENCONTRO REGIONAL EM COMEMORAÇÃO AO DIA DO GEÓGRAFO – ERCOGEO

“A geografia presencial em retomada: diálogos e debates”

09 a 13 de agosto de 2022 – Três Lagoas/MS

suficientes para garantir o direito à cidade e ao ensino superior em sua completude.

Para um melhor desenvolvimento da pesquisa, foi utilizado como recorte temporal o ano de 2021, e um total de 239 estudantes matriculados na Cidade Universitária, beneficiários do auxílio moradia.

A intenção desta pesquisa é apontar quais porções da cidade são ocupadas por estes estudantes, e de que maneira estes indivíduos produzem e consomem o espaço.

Este trabalho é motivado pelos anos de trabalho exercido como servidor envolvido em programas da Assistência Estudantil, enquanto uma política de transferência de renda, desenvolvidos na UFMS, sobretudo, pela observação de recategorizações e reconfigurações nos sistemas de auxílio, sob a constituição de novas e diferentes formas de atendimento que tem abrangido objetivos já previstos no PNAES. Justifica-se a pesquisa pela escassez em trabalhos que discutam a produção do espaço por meio de parcela da população que não esteja inserida no mercado de trabalho, mas que não deixam de ser parte ativa nesta equação, isso por possuir uma outra fonte de renda, neste caso, Auxílios Estudantis, percebidos como uma forma de política de transferência de renda, por seu caráter assistencialista.

Para atingir o objetivo principal deste trabalho, foi necessário identificar os estudantes assistidos pelos auxílios, como eles percebem o espaço em que estão inseridos (através de questionários do Google Forms e entrevistas), considerando o limite de renda disponível por cada um (se trabalha; se disfruta de outro auxílio, se a família oferece alguma ajuda financeira, entre outras formas de complementar a renda), e de que forma a instituição (UFMS) desempenha seu papel como gestora da transferência de renda, através de processos estabelecidos na seleção dos estudantes beneficiários.

2) METODOLOGIA

Frente a escassez em identificar trabalhos acadêmicos que discutam políticas de transferência de renda vinculadas à produção do espaço, principalmente para aqueles que dependem quase que totalmente desta fonte de custeio. Há uma dificuldade em concentrar-se em um aporte teórico basilar de análise, assim, este trabalho reunirá textos de legislações e ditames político-educacionais observados pela instituição UFMS, sobretudo, o auxílio moradia, representado nas ações de Assistência Estudantil, que tratem do tema em pauta, e analisar as informações coletadas junto aos estudantes através de uma abordagem quantitativa por meio de questionário do Google forms e qualitativa por meio de entrevistas semiestruturadas de modo a avaliar as instâncias significativas no processo de produção e consumo da cidade, todavia, como mencionado anteriormente, dentre 239 beneficiários, 31 responderam ao questionário, aproximadamente 13% dos estudantes assistidos por esta modalidade. Além da realização dos questionários, foram realizadas duas entrevistas, através do Google Meet com alunos beneficiários, com o intuito de compreender seu dia a dia, e como a renda possibilitada pela assistência estudantil, também limita os espaços vividos por eles.



III ENCONTRO REGIONAL EM COMEMORAÇÃO AO DIA DO GEÓGRAFO – ERCOGEO

“A geografia presencial em retomada: diálogos e debates”

09 a 13 de agosto de 2022 – Três Lagoas/MS

Concomitantemente, foi organizado um levantamento quantitativo de materiais que nos forneçam os dados acerca da Assistência Estudantil, um aprofundamento sobre políticas de transferência de renda, de forma que fosse possível associar que estas práticas tem um cunho social de amenizar as mazelas que a pobreza causa, tal como embasamento teórico para discutirmos a forma de produção do espaço, e a necessidade de um olhar atento, para que seja possível perceber que em uma sociedade capitalista, a forma de consumo desse espaço é limitada e condicionada ao recurso financeiro disponível.

3) REFERENCIAL TEÓRICO

Atualmente a UFMS, uma Instituição Multi Campi encontra-se distribuída em dez Municípios³ do Estado de Mato Grosso do Sul e conta com estudantes vindos das mais variadas localidades do país (segundo dados do perfil do estudante, 73,5% do próprio estado, enquanto 13,9% são oriundos do estado de São Paulo).

A Assistência Estudantil na UFMS, tanto quanto em outras Instituições de Ensino Superior Federais, recebe recurso do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, o que significou grande avanço nas políticas de Permanência exercidas pela Instituição.

O PNAES é regulamentado pelo Decreto 7.234 de 19 de julho de 2010, e dá autonomia para que as Instituições selecionem seus beneficiários, priorizando estudantes oriundos da Rede Pública de Ensino e com renda per capita de até um salário-mínimo e meio, R\$1653,00 no ano de 2021, o Programa preconiza dez áreas a serem desenvolvidas pelas Universidades⁴, dentre elas: moradia estudantil, alimentação, transporte, entre outras (destacamos essas por compreender que estão relacionadas tanto à permanência na universidade, quanto ao consumo diário da cidade).

Até o ano de 2017, a UFMS só contava com duas modalidades de auxílios de caráter contínuo para o custeio durante o período de graduação, sendo estes: Auxílio Alimentação (R\$250,00); e Auxílio Permanência (R\$400,00). Em 2017, são implementados o Auxílio Moradia (R\$400,00); e Auxílio Creche (R\$150,00).

Haja vista a necessidade de discutir o processo de produção do espaço urbano e os limites estabelecidos pelas características e práticas da sociedade capitalista, é de suma importância demonstrar, que parcela da população que não possui recursos financeiros suficientes para se adequar ao processo mercadológico de vivência nas cidades, sofre com a segregação espacial, quando lhe são negados serviços públicos de qualidade.

É no dia a dia que percebemos as contradições impostas, nos modos de morar, tempo de locomoção, o acesso à infraestrutura, às atividades de lazer e produtos consumidos.

³ Aquidauana, Campo Grande, Chapadão do Sul, Corumbá, Coxim, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba, Ponta Porã e Três Lagoas.

⁴ § 1o As ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas: I – moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

Como diz Carlos (2015, pp. 42 – 43):

A paisagem urbana refletirá assim a segregação espacial fruto de uma distribuição de renda estabelecida no processo de produção. Tal segregação aparece no acesso a determinados serviços, à infraestrutura, enfim aos meios de consumo coletivo. O choque é maior quando se observa as áreas da cidade destinadas à moradia. É aqui que a paisagem urbana mostra as maiores diferenciações, evidenciando as contradições de classe.

Existem duas características básicas referentes ao acesso aos meios de consumo coletivo, sendo a segregação espacial, que afasta pessoas de menor poder aquisitivo dos centros urbanos e do local de estudo e trabalho. Realçando uma outra característica que potencializa esta segregação, o acesso aos meios de transporte, que tende a ampliar a distância entre casa e trabalho, fato que tem maior evidência quando consideramos a logística que não favorece estas pessoas que estão relativamente afastadas e impossibilitadas de consumir a cidade em sua totalidade.

4) RESULTADOS E DISCUSSÕES

Sabemos que no universo de estudantes matriculados, e com o montante de recurso disponível, não é possível atender a todos, mas nossa proposta, é avançar nessa discussão para além da permanência do aluno beneficiário enquanto estudante da universidade, tema já recorrente na literatura, o objetivo é compreender e discutir os espaços ocupados por esses estudantes e de que maneira estes indivíduos produzem e consomem o espaço em que vivem, no caso o município de Campo Grande-MS.

Como destaca Rodrigues (1991),

De alguma forma é preciso morar. No campo, na pequena cidade, na metrópole, morar como vestir, alimentar, é uma das necessidades básicas dos indivíduos. Historicamente mudam as características da habitação. No entanto, é sempre preciso morar, pois não é possível viver sem ocupar espaço. (p.11)

Entretanto, morar não é simples, segundo a autora, morar implica, “ocupar espaço”, implica no uso da cidade, um uso múltiplo, definido, sobretudo, a partir do local de moradia, e suas possibilidades de viver e alcançar a cidade por meio da infraestrutura de aparelhos públicos disponíveis e funcionando satisfatoriamente no entorno dessa moradia. Sem o medo de ir e vir no trajeto do trabalho à casa, ou da universidade para a casa ou trabalho, independente do espaço ocupado, ele precisa ser seguro e oferecer a possibilidade de uso de forma que a renda não seja o fator a determinar a cidade que se tenha direito a usar.



III ENCONTRO REGIONAL EM COMEMORAÇÃO AO DIA DO GEÓGRAFO – ERCOGeo

“A geografia presencial em retomada: diálogos e debates”
09 a 13 de agosto de 2022 – Três Lagoas/MS

A necessidade de se pensar a cidade, e demonstrar, que esse espaço, onde ocorrem as relações sociais não podem ser negadas aos indivíduos, em especial aos mais carentes economicamente, como esses beneficiários, que se encontram em diversas situações de vulnerabilidade, seja, pela mudança para uma nova cidade, distância da família, segundo o processo seletivo da assistência estudantil, socioeconômica também. Portanto, identificar e analisar a espacialização desses estudantes e sua produção e consumo no espaço urbano é extremamente importante.

A partir do levantamento realizado, boa parte dos acadêmicos – considerado o questionário aplicado, todos estão no entorno da UFMS (31 beneficiários) - , contemplados pelo auxílio moradia, estão espacializados no entorno da universidade e quase sempre se utilizam de espaços de consumo e lazer próximos à UFMS.

A partir dos questionários, foi possível identificar que muitos estudantes residem em bairros próximos à UFMS– Vila Albuquerque, Vila Adelina, Pioneiros e Vila Ipiranga. Seria fácil falar em comodidade, já que boa parte das necessidades cotidianas dos alunos podem ser atendidas nas proximidades da universidade, mas não é essa a realidade, assim, mais uma vez o mercado atende os que podem pagar e direitos são “leiloados” e garantidos a quem paga mais.

5) REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 1996. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil- PNAES. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm . Acesso em: 15 ago. 2020.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 1996. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acessado em 15 ago. 2020.

BORSATO, Francieli Piva. A configuração da Assistência Estudantil na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul após a implantação do PNAES. 2015. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina. Londrina, PR. 2015.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A Cidade. 9.ed. São Paulo: Contexto, 2015. (Repensando a Geografia)



III ENCONTRO REGIONAL EM COMEMORAÇÃO AO DIA DO GEÓGRAFO – ERCOGeo

“A geografia presencial em retomada: diálogos e debates”
09 a 13 de agosto de 2022 – Três Lagoas/MS

COSTA, Silvio Luiz da; DIAS, Sonia Maria Barbosa. A permanência no ensino superior e as estratégias institucionais de enfrentamento da evasão. *Jornal de Políticas Educacionais*, v.9, n. 17, p. 51-60, e. 18, jan./jun. e ago./dez. 2015

MACIEL, Carina Elizabeth; GIMENEZ, Felipe Vieira; ASSIS, Jacira Helena do V. Pereira. A bolsa permanência nas políticas de educação superior: assistência estudantil na UFMS. *Perspectiva*, Florianópolis, v.35, n.3, p. 911-936, jul./set. 2017.

MACIEL, Carina Elizabeth; LIMA, Elizabeth Gonzaga dos Santos; GIMENEZ, Felipe Vieira. Políticas e permanência para estudantes na educação superior. *RBPAE*, v.32, n. 3, p. 759 – 781, set./dez. 2016

MARICATO, Erminia. *Para entender a crise urbana*. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARICATO, Erminia. *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. 2. ed. São Paulo. Alfa-Omega, 1982.

RODRIGUES, Arlete Moysés. *Moradias nas cidades brasileiras*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1991. (Repensando a Geografia).

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *Capitalismo e Urbanização*. 16.ed. São Paulo: Contexto, 2017. (Repensando a Geografia)

UFMS. Resolução COUN nº 135, de 28 de dezembro de 2018. Regulamenta as Ações da Assistência Estudantil na UFMS. Disponível em: <<https://proaes.ufms.br/files/2017/10/RESOLUCAO-COUN-n-135-de-28-12-2018.-1.pdf>>. Acesso em: 19 ago. 2020.

VELOSO, Tereza Christina M. Aguiar; MACIEL, Carina Elizabeth. Acesso e permanência na educação superior – análise da legislação e indicadores educacionais. *Revista Educação em Questão*, Natal, v.51, n.37, p. 224-250, jan./abr.2015.